

## **A ESCOLA MILITAR, CONCEPÇÃO POLÍTICA E PROJETO DE NAÇÃO NO BRASIL.**

VALÉRIA MARCELINA RODRIGUES\*

### **Resumo**

O objeto de estudo deste trabalho é a história da Escola Militar em Goiás e sua visibilidade no tempo presente, entendendo-a como parte do processo de construção do modelo de educação que está vinculado ao projeto de nação instituído desde a proclamação da República no Brasil. Para tanto, realizamos a análise do estatuto (presente na agenda da escola militar) que rege a Escola Militar em Goiás. Dentro desse contexto, também achamos importante discutir o conceito de cidadania e disciplinarização. Por isso, buscamos perceber a relação da inserção do cidadão ao mercado de trabalho, e as metas da escola militar. É fundamental tratar desse tema, pois pensamos que poderemos fornecer elementos para a compreensão da concepção política de educação no tempo presente, suas perspectivas e possibilidades, bem como os anseios da população inserida nesse ideal de construção da Nação.

Palavras – chave: Escola Militar. Cidadania. Disciplinarização.

### **Introdução**

Nesse trabalho pretendemos analisar a Escola Militar em Goiás e sua visibilidade no tempo presente, entendendo-a como parte do processo de construção do modelo de educação que está vinculado ao projeto de nação instituído desde a proclamação da República no Brasil.

---

\*Universidade Federal de Goiás. Aluna de graduação do curso de pedagogia.

Para tanto, realizamos a análise do estatuto (presente na agenda da escola militar) que rege a Escola

Dentro desse contexto, também achamos importante discutir o conceito de cidadania, por isso, buscamos perceber a relação da inserção do cidadão ao mercado de trabalho, e as metas da escola militar. A expressão trabalho significando tanto atividade do trabalhador quanto indicando o produto dessa atividade, não se apresenta com significado positivo em Marx, quando o sujeito se vê impelido a integrar o mercado do trabalho. Para Marx, mercado de trabalho, e mundo do trabalho, são duas coisas bem diferentes. É o que nos mostra o texto de Manacorda:

Trabalho é em Marx, termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina economia política, ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa. Na condição descrita pela economia política, o trabalho, enquanto exatamente princípio da economia política, é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha, é prejudicial e nociva. (MANACORDA, 2007, p.58)

Marx resume essa determinação do trabalho, na qual a manifestação é essa mesma expropriação de vida, pela formulação de que “o trabalho é o homem que se perdeu a si mesmo”. Assim, apresentamos aqui algumas considerações sobre o que almejam os cidadãos goianos. Nossa principal pergunta nesse sentido, foi procurar saber por que grande parte da população defende a presença da escola militar na formação do cidadão goiano? Desse modo, foi fundamental tratar desse tema, pois pensamos que poderemos fornecer elementos para a compreensão da concepção de educação no tempo presente, suas perspectivas e possibilidades, bem como os anseios da população inserida nesse ideal de construção da Nação. Além disso, por se tratar de um trabalho inicial, imaginamos que poderá inspirar também outros novos trabalhos.

Como o leitor poderá perceber ao longo desse texto, realizamos uma breve análise do processo histórico que envolve o tema, com ênfase na elaboração da relação disciplina, escola militar e qualidade, não deixando de abordar a concepção de trabalho inerente às propostas pertencentes ao estatuto da escola militar em Goiás.

Na conjuntura educacional atual, nos deparamos com um fenômeno preocupante que é a educação pautada na formação para empregabilidade, para o mercado de trabalho, que visa o sucesso aos moldes da sociedade ocidental capitalista. O projeto de Nação Brasileira tem

seu ápice com o Golpe de 1964, que instituiu o regime de Ditadura Militar no Brasil, reforçando um modelo de educação ideal, baseado na disciplina, na “ordem e no progresso”. Assim, alguns questionamentos foram levantados e acabaram norteando esse trabalho. É por isso que a escola militar cria tantas expectativas para pais de alunos? A perspectiva é vê-los no mercado de trabalho? É possível, na sociedade atual, separar mercado de mundo do trabalho? É nossa proposta investigar sobre isso. Para tanto, faremos um breve histórico a partir da história do militarismo no Brasil.

Embora a história do militarismo e da escola militar no Brasil não se restrinja ao século XX, nossa abordagem fez um mapeamento específico, partindo do período da Ditadura Militar no Brasil, visando não estender demais a discussão, criando um marco temporal para a pesquisa.

Tendo como foco a análise do estatuto da escola militar no qual rege todas as escolas militares, observamos quais são os mecanismos de poder empregados por essas escolas para disciplinar seus alunos e quais as conseqüências dessa educação disciplinarizadora que vigia, mede, modifica e controla o comportamento de seus alunos para que, segundo a sua percepção, eles se tornem bons alunos, bons filhos e bons cidadãos. Para Santos (2015):

O objetivo do CPMG é educar por meio de normas, formar o cidadão normal, dentro dos padrões sociais. Para Foucault (1987) os mecanismos disciplinares, ao contrário do que possa parecer, não surgiram na sociedade moderna: desde o século XVIII tais mecanismos aglutinam-se a outras formas de poder a fim de tornarem-se ainda mais eficientes. Para atingir a disciplina é necessário estabelecer regras, normas, regulamentos, padrões. (SANTOS, 2015, p.18).

Nesse contexto, o debate sobre a escola militar, perpassa, portanto, pela trajetória de construção do poder militar como representante da Moral como disciplinarização, “promovendo” um discurso que historicamente, se sustenta na formulação de um “melhor” cidadão, constituído por uma nação melhor administrada. Essa concepção de nação é positivista. Assim, o setor militar adentra no campo da educação e ganha espaço na sociedade atual, que ainda se vê dentro do projeto de construção da nação.

Nesse sentido, o objetivo geral era analisar a estrutura da construção da escola militar no Brasil, como parte do projeto de Nação. Pensamos ter conseguido trazer algumas questões sobre a história. Analisamos também, como já dissemos, o estatuto da escola militar, apresentando a partir dele, os motivos pelos quais pais e alunos almejam o ensino militar

como formador e possibilitador de inserção no mercado de trabalho. Observamos nessa fonte, indícios de disciplinarização, mesmo quando analisamos o uso da obra de Cora Coralina na agenda, bem como a relação escola militar e qualidade de ensino.

É preciso dizer, que o que nos instigou a discutir o assunto, foi a vontade de entender por que os pais desejam tanto colocar seus filhos em escolas militares? Por que vêm a educação militar como vinculada à boa moral? À boa Formação? À ordem? Não podemos dizer que foi possível responder a tais questões, pois esse deve ser um trabalho de estofa, é requer tempo – tempo que um Trabalho de Conclusão de Curso não possui. Sabemos da fragilidade na abordagem conceitual e na análise das fontes. Por outro, sabemos também da contribuição desse trabalho para o curso de pedagogia da UFG, em um momento tão crítico que se vive na educação pública em Goiás. Nesse momento, que escolas públicas estaduais estão passando para as mãos de gestores de Organizações Sociais, e que o “íbope” das escolas militares tem crescido. O problema é que este modelo de escola, que legalmente é público, não respeita os direitos dos cidadãos, pois segrega tanto no comportamento, quanto no aspecto financeiro, sendo obrigatório uso de uniforme e compra de materiais.

### **A concepção de nação – algumas considerações sobre a escola militar em Goiás como parte do projeto de nação no Brasil.**

A ideia de nação e nacionalismo começou a ser mobilizada na Europa a partir do século XVIII para designar a identidade de cada povo. Entre 1830 e 1880, momento do liberalismo, havia segundo Eric Hobsbawm (1998), três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação: o primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; o segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito; o terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Para se constituir uma nação era preciso, portanto, já haver um estado de fato, que possuísse uma língua e uma cultura comuns, além de demonstrar força militar. Foi com base nesses três pontos que se formaram as identidades nacionais européias. A construção de uma identidade nacional passa, assim, por uma série de mediações que permitem a invenção de uma língua

comum, uma história cujas raízes sejam as mais longínquas possíveis, nacionais, um folclore, uma natureza particular, uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares. Os integrantes de cada comunidade são convidados a neles se reconhecer e a eles aderir. Essa ideia da construção de uma Nação chega ao nosso país pelos portugueses no processo de colonização do Brasil. Falar sobre a formação da nação brasileira, não é uma tarefa fácil, mas é discussão necessária para a construção e fundamentação do objeto desse trabalho – a Escola Militar.

No decorrer das primeiras décadas do século XX houve uma construção da memória histórica produzida para a instituição escolar fora do ambiente específico das salas de aula, ou seja, pelas práticas educacionais das festas comemorativas de eventos e homenagens aos “heróis nacionais” realizadas no decorrer dessa época. Nesse período, o programa de ensino das escolas de nível fundamental e médio passaram a incluir em seu currículo diversas atividades programadas em torno das datas nacionais, dos rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios entre outras festividades intituladas como cívicas, compondo assim as demais disciplinas do cotidiano escolar. Desse modo o ensino de História não era conteúdo exclusivo dos professores em sala de aula, haviam rituais e símbolos construídos para que se estabelecesse a institucionalização de uma memória nacional, a “história da pátria” era tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares. Jorge Nagle fez atribuições à utilização de outros símbolos nos quais estes são fora da sala de aula mostrando assim a insuficiência pedagógica das instituições escolares como, por exemplo, a elaboração de livros elaborados de acordo com essa nova orientação de saudação á pátria respondendo as exigências do nacionalismo da década de XX. Nasgle discorre também que a preocupação em substituir conteúdos de teor nacionalistas e idealistas por conteúdos que se baseiam no “conhecimento que se deve ter da terra e da gente brasileira” é novo e que esse novo olhar sobre a discussão de quais os conteúdos a serem oferecidos nas escolas decorre do desenvolvimento que os estudos brasileiros tiveram a partir do século XX apesar dessa discussão não ter influenciado as produções didáticas, devido a isso as “preocupações cívicas” das comemorações ainda são presentes nas escolas.

Hobsbawn, em seu estudo sobre as práticas e símbolos do mundo contemporâneo mostra a relação que há entre o “fenômeno nacional” e a construção das tradições ou a invenção delas com o propósito de legitimar os “Nacionalismos” que se emergem a partir do século XIX. Para ele, as tradições inventadas são aplicadas em uma estratégia de renovação histórica recente, a “Nação” e seus fenômenos associados como por exemplos, os símbolos nacionais. Para Hobsbawn, os rituais cívicos bem como a construção de monumentos entre

outros símbolos ligados às tradições nacionalistas necessitam de uma análise consiga ir além das questões internas da organização das escolas. Nessa perspectiva é essencial segundo ele, contextualizar as atividades pedagógicas ligadas ao civismo em meio aos discursos educacionais que se fundamentavam no nacionalismo. A escola então, regida sobre o discurso nacionalista era a instituição fundamental criada pela Nação para formar o cidadão

### **O surgimento da Escola Militar em Goiás – algumas reflexões**

De acordo com Saviani (2008) a educação brasileira divide-se em quatro períodos: o primeiro instalado pelos religiosos que abrange de 1549 até 1759; o segundo ainda de gestão religiosa, engloba as ideias pedagógicas entre os anos de 1759 e 1932; o terceiro período conhecido como pombalino estende-se de 1932 a 1969 e por último o quarto período, entre 1969 e 2001. Podemos dizer que a educação brasileira desde seus primórdios baseia-se em princípios políticos e econômicos bem estabelecidos e articulados e com propósitos disciplinares reguladores, próximos aos princípios militares. Isso nos mostra que a educação brasileira desde seu começo sempre apresentou regras estabelecidas se pensarmos no fato de os jesuítas terem sido considerados soldados de Cristo enviados para o Brasil com o intuito de moldar o comportamento dos índios de modo a torná-los cristãos.

A partir da vinda da família real para o Brasil portuguesa para o Brasil em 1808, criou-se uma série de instituições educacionais como as escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e as Academias Militares na qual foi a primeira instituição de ensino direcionado à ordem militar. Podemos então assim dizer que, os colégios militares surgem com o objetivo de “aculturar” os alunos dando-lhes uma educação de cunho militarista e não mais de cunho religioso como pretendia a educação jesuítica, mas lembrando que a disciplina e a “obediência” sempre se fez presente desde o começo, na educação jesuítica. Antes da existência das instituições militares na educação brasileira, as regras e disciplinas já faziam parte da educação como forma de “moldar” os cidadãos. Podemos analisar que a Escola Militar não é fruto da ditadura militar, e sim, o ápice do projeto de Nação instituído desde a colonização, no entanto no período do governo militar no Brasil representou o auge do projeto de Nação com o discurso da ordem e do progresso característico do Estado Positivista. Assim parece-nos que a qualidade na educação estão ligados à ordem e à disciplinarização.

Partindo dos princípios de educação como um mecanismo para moldar o comportamento das pessoas que analisamos a educação do Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) no qual não está vinculado aos demais colégios militares do Brasil. O colégio foi criado pela Polícia Militar de Goiás, em 1976 em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo e necessidade de formar bons alunos, bons filhos e bons cidadãos. É importante destacar que todos os colégios militares do Brasil são regidos por normas criadas pelo Exército Brasileiro, conforme diz o Regimento Interno dos Colégios Militares do Brasil.

Art. 2º Os CM, doravante identificados como participantes de um subsistema de ensino do Sistema de Ensino do Exército, denominado Sistema de Ensino do Exército, denominado Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), funcionam pautando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, camaradagem, englobados pelos valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. (SANTOS, 2015, p.20).

O CPMG tem a mesma finalidade que das escolas civis, mas seguem o rigor das normas militares que o difere dos colégios controlados pelos civis. Embasados pelos princípios militares, a partir da década de 1990, essa educação torna-se uma nova referência no ensino goiano e passa a ser procurada por um grande número de famílias lançando assim, um novo olhar para a educação local. Em 1999, a Polícia Militar de Goiás recebeu do governo do Estado, uma verba para que realizasse a iniciação de suas atividades escolares de Educação Básica. Com o passar do tempo esse ensino garante um lugar de respeitabilidade aumentando assim o seu corpo discente, conseqüentemente o número de alunos também aumenta.

Atualmente há em todo o estado de Goiás seis colégios da Polícia Militar, dos quais três estão localizados em Goiânia, um em Itumbiara, um em Anápolis e outro em Rio Verde. Surge na sociedade goiana um novo conceito de educação disciplinar, desde sua criação o CPMG assume um lugar de sucesso marcado por uma educação que passa a ser medida, controlada e normatizada. Essa “nova educação” baseada nesses preceitos fez com que os alunos se tornassem corpos dóceis, talvez essa sua característica fundamental fosse o motivo que tornou o ensino do CPMG um “sucesso” rápido e satisfatório aos olhos da sociedade goiana. O histórico do CPMG no qual podemos encontrar na página web do colégio, diz que desde sua formação a escola busca atingir uma administração escolar democrática e



participativa na qual tem como objetivo a preparação dos seus alunos para o exercício pleno da cidadania. Vemos aqui uma grande divergência que percebemos quando lemos esse documento do CPMG e analisamos o que é feito na teoria aplicada nesta instituição. Como é possível haver democracia se, por exemplo, seus alunos não podem fazer escolhas do tipo movimentar ou não seu próprio corpo enquanto estão em posição de sentida? Ou a punição por se sentarem no chão simplesmente por estarem vestidos com o uniforme da instituição.

### **Relação entre a história da Nação e a Escola Militar - analisando o Estatuto do Colégio Militar, os direitos e deveres do discente.**

O Regimento Interno do CPMG é composto por normas que estão distribuídas em oito títulos organizados em cinco capítulos, distribuídos em 24 seções e nove subseções, nesse momento não apresentaremos a análise de todo o regimento pois este apresenta-se ainda em fase de elaboração. O documento é detalhado e está redigido em linguagem jurídica do gênero legislativo. No primeiro Título (ou Título I), estão especificadas as parcerias responsáveis pela criação e pelo funcionamento do CPMG; o nível de ensino que está inserido, a “Natureza, a Personalidade Jurídica e a Identificação” do colégio. Neste são enumerados os “Princípios, os fins e os objetivos da educação”. Podemos assim mostrar a visão do CPMG quanto ao desenvolvimento e a ampliação do saber.

Art. 4º O ensino ministrado será baseado nos seguintes princípios, fins e objetivos:

I- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola dentro das normas previstas neste Regimento;

II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber;

III- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância. (CPMG, 2009, p.239).

No título II está a especificação da “Gestão Escolar”.

A gestão escolar democrática e colegiada é entendida como o processo que rege o funcionamento do CPMG, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões pedagógicas e administrativas com a participação do Comando de Ensino Policial Militar- CEPM, como unidade gestora dos CPMG e de toda a comunidade escolar. (CPMG, 2009, p.240)

O Título III contém informações sobre a “estrutura organizacional” do CPMG, indicando que o referido colégio está subordinado ao “Comandante Geral e/ ou Diretor de Apoio Administrativo e Financeiro da Polícia Militar do Estado de Goiás, devendo submeter-se aos seus planejamentos, coordenação, supervisão e controle da Secretaria de Estado da Educação” (CPMG, 2009, p. 241). O Título III divide-se ainda detalhadamente, em cinco capítulos, quinze seções e nove subseções.

O capítulo I do Título III apresenta informações referentes à função, às competências e às atribuições do comandante e diretor do CPMG. O capítulo II fala da divisão de ensino e dá informações referentes à coordenação pedagógica, ao componente curricular, com as atribuições específicas de cada um na hierarquia escolar, o que nos faz lembrar a fragmentação dos poderes no controle das instituições. Isso fica dito claramente por meio do discurso contido no documento aqui analisado em que podemos perceber o controle do discurso escolar, dentro da ordem do discurso militar por meio das regras, o regimento diz quem pode dizer o que e quando como, por exemplo, ao proibir o aluno de conversar enquanto está em forma, o documento diz que o discurso dos alunos é medido e controlado. Percebemos nesse caso que ao controlar a fala dos alunos, o Regimento Interno do CPMG tem como objetivo alcançar a disciplina dos corpos por meio do desses discursos presente no Estatuto.

A subseção II discorre sobre as informações relacionadas aos projetos e eventos ministrados pelo pedagogo onde este é auxiliado por profissionais civis, ou seja, são considerados técnicos que estão ali disciplinados assim como os alunos por normas que estão dispostas em cinco itens dessa subseção.

Art. 22. A função do chefe da Coordenação Pedagógica será exercida por um oficial subalterno, devendo ser possuidor do Curso de Especialização em Educação ou equivalente e será auxiliado pela equipe de coordenadores pedagógicos disponibilizados pela Secretaria da Educação. (CMPG, 2009, p. 260).

Em seguida, são colocados aspectos referentes aos laboratórios: de ciência da natureza, informática, matemática, física, educação física e desporto, segundo o regimento com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem no campo do conhecimento e faz também atribuições do corpo docente e dos técnicos do colégio que estão dispostas no Artigo 36 agregadas em onze itens.

### **Considerações finais**

Através dos estudos referentes à construção histórica brasileira podemos analisar que burocraticamente criou-se a Nação, a história da construção do Brasil é a invenção da Nação traçada pelos ideais positivistas. O objetivo de concretizar ou até mesmo recriar a memória de uma nação através de imagens, símbolos, personagens e datas histórias como Sandes descreve em sua obra, vem da corrente positivista. A independência do Brasil estabelece a criação da Nação com o imperador, só que esse conceito de Nação tal qual entendemos aqui como temos hoje no Brasil, existe com a constituição do Positivismo no Brasil da “ordem e do progresso”. Essa frase que aparece no centro da bandeira brasileira foi baseada nos ideais positivistas. Em sua frase original, Comte dizia: "amor como princípio, ordem como base, progresso como objetivo". A partir deste pensamento, surgiu a famosa expressão que está estampada no centro da bandeira. O Hino Nacional é o hino instituído em prol da “ordem e do progresso” – lemas extremamente cultuados na escola militar. Entendemos, portanto, que essa concepção de Nação fundamentada nos ideais de ordem, nacionalidade, cidadania e disciplinarização nos dão sustentação para que “possamos acreditar” no “bom ensino” das escolas militares que seguem esses princípios embasados na ordem e na disciplina.

### **Referências bibliográficas**

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Trad. Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

PEREIRA, Otaviano. **O que é moral.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre monarquia e a república.** Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, Raimunda dos. **Genealogia dos regimentos internos do colégio da polícia militar de Goiás.** Goiânia: Editora Cegraf UFG, 2015.